

A Sua Excelência o Ministro da
Economia
Ministério da Economia
Rua da Horta Seca
1200-221 LISBOA

Excelência,

A AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços, e a AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, na qualidade de representantes e em defesa dos legítimos interesses das empresas suas associadas, permitem-se vir novamente solicitar o apoio de Vossa Excelência no âmbito do processo de internacionalização das empresas de construção.

Reportamo-nos pela presente e muito em concreto à necessidade de serem criados instrumentos para cobertura de risco, tanto cambial, como de taxa de juro, nas operações de exportação de bens e de serviços, de modo a que as empresas se possam proteger do risco das oscilações dos mercados financeiros, optando pela estratégia mais adaptada às suas necessidades.

Importa, designadamente, tornar operacional e efetivo para os contratos de empreitadas de obras públicas o acesso à linha de seguro de crédito para países fora da OCDE, com garantia do Estado português. Trata-se de uma garantia explicitamente prevista nas linhas de seguro de crédito à exportação, mas que, na prática, não tem possibilitado o acesso por parte das empresas.

Para o efeito é a nosso ver necessário agilizar a aplicação da referida linha de crédito, de forma a ultrapassar as dificuldades que resultam do facto de as empresas nacionais, regra geral e para poderem ter acesso aos concursos de obras públicas em países terceiros, necessitarem de constituir empresas locais ou recorrerem a filiais e ou sucursais. Ora esta situação tem vindo a inviabilizar o acesso por parte dos empreiteiros portugueses à mencionada linha de seguro de crédito, numa interpretação estrita das condições de acesso à mesma.

A este respeito realça-se que o solicitado tem subjacente as recentes alterações significativas na conjuntura económica internacional, as quais afetam profundamente o normal funcionamento das economias produtoras de matérias primas, e em particular os PALOP's, que desempenham um papel muito significativo no volume de atividade das empresas portuguesas de construção e que podem vir a afetar a estabilidade económica e financeira do tecido empresarial nacional.

Na verdade, essas mudanças, ainda que previsivelmente transitórias, podem afetar de forma permanente a estabilidade do investimento direto português nessas economias,

degradar a Posição de Investimento Exterior (PIE) de Portugal, enfraquecer o papel estratégico que as empresas nacionais desempenham nas economias lusófonas e, simultaneamente, comprometer o processo de recuperação das empresas de construção no mercado interno, o qual dá os primeiros sinais de recuperação: 1.5% para 2015 de acordo com as previsões da FEPICOP, depois de 12 anos consecutivos de quebras.

Nestas circunstâncias, de crise súbita e extrema nas economias emergentes, justifica-se, a nosso ver, a urgente adoção de medidas extraordinárias, conjunturais e transitórias, que assegurem a resiliência da posição portuguesa e defendam os interesses estratégicos de Portugal, em particular, no espaço lusófono.

É, pois, tendo presente todo o acima exposto, que a AECOPS e a AICCOPN solicitam a urgente criação de instrumentos que assegurem a cobertura do risco de crédito em contratos de empreitada de obras públicas.

Antecipadamente gratos pela boa e urgente atenção que, estamos certos, não deixará de ser dispensada ao assunto em apreço e ao dispor para a colaboração que entendam útil, apresentamos os nossos melhores e muito respeitosos cumprimentos,

Pela associações signatárias



(Ricardo Pedrosa Gomes)